



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA - BIÊNIO 2017/2019 - 13/07/2018

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, numa das salas da Unidade de Apoio Pedagógico, UAP, localizada à Avenida São João, nº 545, Centro, Peruíbe/SP, reuniram-se os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, CONDEMA, para a 9ª reunião ordinária do biênio 2017/2019. Compareceram os seguintes conselheiros: Rosangela Barbosa, representante titular da Secretaria de Meio Ambiente; Marcelo Mouro Campos, representante suplente da Secretaria de Meio Ambiente; André Luiz Fontalba Gomes Carrasco, representante titular do Gabinete do Chefe do Executivo; Karen Gewehr, representante suplente do Gabinete do Chefe do Executivo; Sérgio Martins Guerreiro, representante titular da Procuradoria Geral do Município; Clarissa Helena S. Novi, representante titular da OAB; Eduardo Ribas, representante titular da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura; Maila Schmiedel Amaral, representante suplente da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura; Plínio Edgar Borba de Castro Melo, representante titular do Instituto Ernesto Zwarg - IEZ; Rodrigo Del Rio do Valle, representante titular do Instituto Biopesca; Maridel Vicene Polachini Lopes, representante titular do MoCAN; ; Gabriel Moraes Gasparoto, representante suplente da Associação Residencial Jardim São Luiz; Rubens Martins, representante suplente do IBIMM; Thiago Augusto do Nascimento, representante titular do Instituto GREMAR; Rodrigo Wolpert, representante suplente do CALS. Rosangela Barbosa, presidenta do conselho, abriu a reunião às 14:19 horas, pedindo a inversão de pauta, antecipando os informes gerais, que seria o item 7, para fazer menção ao trabalho do conselheiro Gabriel, que teve sua aula aplaudida pelos participantes e informando que estão na segunda semana do Curso de Formação dos Podadores, parceria da Secretaria do Meio ambiente e da Secretaria de Comércio, Indústria e Emprego, e comunicando a formatura da primeira turma no dia 23/07, após o que o serviço já estará em funcionamento. Voltando ao item 1. da pauta, Ata foi lida e aprovada com 09 votos favoráveis e uma abstenção. A presidenta faz a leitura do item 2. da pauta, mas o conselheiro Plínio pede a palavra e comunica sua retirada e do Instituto Ernesto Zwarg do Conselho. A secretária executiva indaga se o ofício será entregue ao que ele responde que foi protocolado na prefeitura. A presidenta, disserta sobre a dificuldade de interpretação do regimento e das leis, pois o procedimento correto é a entrega do ofício no próprio CONDEMA, e o conselheiro Sérgio corrobora e aproveita para atualizar a situação da ADIN, cujo autor é o procurador geral de justiça, o que é preocupante. Esclarece que já foi apresentada a defesa pela Prefeitura, que o Município é competente para legislar sobre o Meio Ambiente e já há dois precedentes no Supremo Tribunal Federal. Fala também da nota técnica que o SOS Mata Atlântica elaborou, a pedido da presidenta e que deixa clara a preocupação da população, que foi representada na legislação e a manutenção do bioma que recobre o município. Fala também da outra ação onde a empresa reclama da prefeitura pela recusa em emitir o termo de uso e ocupação do solo. Lembra que independente do resultado da ação, a empresa não possui licenciamento, que foi negado pela CETESB. A presidenta enfatiza a importância dessa manifestação do SOS



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

Mata Atlântica e que foi fruto de um trabalho conjunto do poder público e da sociedade civil na medida que durante dois meses ela e a conselheira Mari estiveram em tratativas com a entidade para obter esse documento, elaborado especialmente para nossa cidade. Dando prosseguimento ao item 2. da pauta, conselheira Mari inicia sua manifestação sobre documento apresentado em evento do Fórum Social Permanente da Baixada Santista, coletivo do qual a entidade que ela representa é integrante, em que foram feitas ofensas e calúnias contra ela, o MoCAN e o CONDEMA de Peruíbe, entregue pelo conselheiro Plínio e assinado por ele, pelo CALS e por integrantes do IEZ. Mostra uma foto manipulada do Comitê FAMA da Baixada Santista onde a imagem dela foi apagada por integrantes do CALS e postada na página deles do facebook e que apesar do pedido dos integrantes do Comitê para que a postagem fosse retirada o ex conselheiro André Ichikawa reafirmou que mesmo reconhecendo que a foto havia sido adulterada não o faria. Em seguida, mostrou que sua participação no Fórum da Cidadania de Santos se deu através de email de convite enviado pelo conselheiro Plínio Melo em novembro de 2017, para várias pessoas, entre eles o ex conselheiro André Ichikawa e integrantes do coletivo CALS, mas que ela foi a única a se inscrever e participar do evento no dia 17/11/2017, onde o coletivo que representa, o MoCAN, montou uma sala com o nome Peruíbe Sustentável, onde levou várias entidades e projetos significativos da cidade para se apresentarem. Nesse evento formou-se o Fórum Social Permanente da Baixada Santista, que o MoCAN integrou, com o objetivo de realizar eventos ligados a questões socioambientais da Baixada Santista durante o decorrer do ano. O MoCAN foi a única entidade de Peruíbe a compor o Fórum, razão pela qual ela é convidada para representar a cidade nos eventos que esse coletivo realiza. Leu o documento entregue pelos acima citados no evento realizado pelo Forum dia 11/06/2018, na UNIFESP de Santos, o Painel de Debates “Papel da Sociedade Civil Frente às Agressões Ambientais da Baixada Santista”, no qual ela era uma das debatedoras convidadas, em que sua pessoa, o MoCAN, o CONDEMA e a própria Secretaria do Meio Ambiente de Peruíbe foram desclassificados e caluniados. Considerando tratar-se de um ataque feito por integrantes do colegiado, de forma constrangedora, vexatória e sem opção de defesa, achou por bem expor os fatos diante dessa plenária para deliberação conjunta. O conselheiro Sérgio falou de publicações acusatórias feitas e retiradas do facebook, propôs que fosse dado um passo adiante e que se houve crime ambiental que seja apurado, e se não houve que eles sejam chamados para darem os nomes e dizerem quais crimes estão sendo cometidos aí. Falou das diversas estratégias de participação nos Conselhos Municipais, que às vezes a pessoa se utiliza como meio de oposição, meio de projeção pessoal, o que é legítimo, falou da necessidade da paridade dos Conselhos, levantada no ano passado pela gestão anterior do Conselho, que se não soubermos conviver iremos sacrificar um mecanismo duramente alcançado na constituição de 88 de participação comunitária, que a presidenta do Conselho já era conhecida por outras lutas ambientais antes da luta da ute, e não viu mudança de quadro que justificasse para gerar toda essa divisão, que aqui podemos mostrar contrariedade sempre, mas não é lugar de ataque



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

pessoal, não devemos jogar fora essa evolução que tivemos; comentou sobre o facebook, essa tecnologia tão avançada utilizada para mostrar as coisas mais primitivas do ser humano; falou sobre os perfis falsos, não pode ferir a ética, agir de maneira ilegal, isso é obrigação de qualquer cidadão. Elogiou a apresentação da conselheira Mari, que retratou bem o que os conselheiros já estavam percebendo e que essa atitude descredencia o movimento e que os responsáveis estavam perdendo a credibilidade. Que o documento da CETESB que arquivou o processo foi largamente fundamentado no documento elaborado pela comissão da OAB da qual a presidenta do CONDEMA era relatora, mas que isso nunca foi dito. A presidenta coloca que não há diferença entre pessoas que querem instalar um empreendimento destruidor na cidade e entre essas pessoas que atrás de páginas fictícias ficam tentando destruir a vida de outras pessoas, algumas com histórias de décadas de lutas. A presidenta Rosângela adentra então no item 3. da pauta, e inicia reiterando a não utilização do facebook como forma de fazer gestão ambiental, que não tem tempo para isso e que não o usaria como instrumento de recebimento de denúncia mesmo porque a lei não permite, e o que aconteceu nos bastidores em relação à acusação de crime ambiental, recebeu um processo administrativo que foi um incidente provocado pela ex conselheira Sylvia Lima e houve uma resposta sobre o que ela anunciou. Diante da CETESB, a Secretaria de Meio Ambiente não cometeu qualquer infração ou crime ambiental, houve a instauração de um procedimento administrativo e o processo está arquivado porque não houve a constatação de qualquer violação às normas ambientais. Também foi feito um comunicado no BOM explicando de que maneira funciona a limpeza de praia e foi respondida uma manifestação do MP. A presidenta apresentou a retratação do Movimento Salve o Rio Itapanhaú, de Bertioga e do Movimento Contra a Cava Subaquática (A CAVA É COVA), que retiraram seus nomes da moção pois informam ter sido de alguma maneira induzidas a erro e recebeu um pedido de desculpas por telefone do Deputado Alencar que disse que não sabia de fato o que estava acontecendo na cidade. Colocou os documentos e a si mesma à disposição de quem quisesse mais informações. Disse que foi feita uma moção baseada em uma comunicação feita em facebook, essa moção induziu a erro duas instituições e um deputado estadual, essa moção não está respaldada por aquilo que realmente acontece na tramitação administrativa e a presidenta afirma que está na hora de parar de brincar e encerra a manifestação dela em relação a isso. O conselheiro Ribas alega que o documento que foi apresentado pela conselheira Mari traz várias denúncias e ele propõe que sejam apuradas de maneira formal, e quem fez essas denúncias e quem recebeu sejam esclarecidos, e tomadas as providências legais. O conselheiro Sérgio diz que devem ser encaminhados ao MP e à Polícia Ambiental, e que essa limpeza de praia é feita com critério, diferente de antes que havia retirada de areia para aterro. A presidenta diz que recebe por processo diversos tipos de pedidos dessas instituições, alguns apócrifos que não trazem sequer o nome de quem assina, que não é um documento que atenda minimamente as formalidades necessárias para que consiga ver a seriedade da instituição e ao mesmo tempo levá-la a sério, pois ela entrega um documento em nome de uma pessoa que



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

não se sabe se tem ligação com a instituição, com assinaturas irreconhecíveis e sem identificação de autoria, e ressalta que essas pessoas e instituições têm que aprender a se comportar minimamente pautadas naquilo que está regulamentado, que é o marco civilizatório para todos nós, de comportamento nas instituições. Retomando o item 4. da pauta, apresenta então outro pedido de saída, o 3º ou 4º da CALS, protocolado na prefeitura, que também é uma moção de repúdio, em nome do senhor André Ichikawa, e ela sugere que sejam encaminhadas essas pessoas e essas instituições ao Conselho de Ética para que sejam apuradas essas questões. A presidenta coloca em votação o encaminhamento dessas questões à Comissão de Ética, aprovado por 9 conselheiros e 1 abstenção. No item 5. da pauta, a solicitação de apuração de infração ética cometida por conselheiro, feita pela munícipe Claudete Andreotti, ela pede adiamento pois necessita anexar alguns documentos que acabou esquecendo no escritório. Cumprindo o item 6. da pauta, a palavra é passada então ao visitante biólogo Bruno Lima que faz a apresentação da propositura de criação de uma Unidade de Conservação, sem desapropriações, pois estamos perdendo nossas florestas. Há um grande afluxo de turistas para cá para observar aves e a partir disso surgiu essa ideia. Apresenta fotos da imensidão de matas que possuímos e da importância dos 54 km de área de restinga. Falou da proposta, já encaminhada ao CONAMA, pelo casal de Biólogos Fernando e Mia Vilarrubia, que abrange a zona rural de Peruíbe, a terra indígena e que acabou resultando em uma proposta conjunta. A presidenta do Conselho perguntou sobre a existência de terras devolutas e o Bruno falou que estão sendo pesquisadas, mas que existem sim. Falou da importância econômica dessa área, pela presença de aves e de um recém descoberto dormitório de papagaios cara roxa. Disse que recebe turistas até para observar borboletas, turistas que se hospedam e se alimentam na cidade, gerando renda. Essa apresentação será feita ao CONDEMA de Itanhaém e ao de Mongaguá, do qual ele faz parte, pois a intenção é que essa reserva abranja esses 3 municípios. Mostrou a foto da Harpia, feita na área que seria utilizada pela UTE, mostrando a necessidade de proteger nossa região e investir no turismo ecológico. A seguir, assume a palavra Gabriel Silva, responsável pelo CEB, que monitora e protege o dormitório dos papagaios cara roxa, na divisa entre Peruíbe e Itanhaém, a última população aqui da região, tem em torno de 450 aves que dormem ali. São Paulo está correndo o risco de perder o Amazonas brasiliensis, cuja população está em declínio, temos apenas 1.700 aves atualmente. Ele diz que estão legalizando a ONG, pois querem que o papagaio cara roxa seja o símbolo da defesa de todas as aves, e convidam a todos para conhecer o dormitório. A presidenta do Conselho pergunta se há alguma atividade de Educação Ambiental ligado ao projeto, que podem conversar sobre isso e eles podem ganhar força. Sugere a criação de um circuito voltado para a educação Ambiental. O conselheiro Ribas fala que conhece o trabalho do Bruno e que hoje Peruíbe é o segundo ou terceiro no mundo em identificação de aves devido a esse trabalho. Que hoje Peruíbe é destaque em observação de aves e que quer estender esse trabalho para a Armando Cunha, isso junto com o Guarau, Jureia e essa nova região transformariam Peruíbe em um dos principais em observação de pássaros do



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

Brasil. Ele vê complicada essa questão de estabelecer uma UC tão ampla, mas por outro lado, vê a necessidade e a possibilidade de se começar um trabalho que é a questão da conscientização e da importância de um trabalho que já faz na zona rural de agricultura, turismo, gente que tem propriedade ele quer trabalhar com turismo em suas propriedades. Então paralelo a esse projeto da UC, que é uma batalha bem grande pois exige uma série de mecanismos legais, há muitas áreas em terras indígenas, e é preciso conscientizar esse pessoal da necessidade de preservação e que não vai interferir na atividade econômica e que o departamento de turismo apoia essa iniciativa. A presidenta Rosângela acredita que é um projeto desafiador e diz que de qualquer forma é um marco e a sociedade civil passa a olhar para essas áreas e mesmo que não seja reconhecida da maneira como ele concebeu é uma maneira de voltarmos nosso olhar para essa região e ver que há uma riqueza aqui que precisa ser discutida, diz que fica contente com o projeto e espera que prospere. O conselheiro Rubens fala do local do dormitório dos papagaios, que desde que foi lá, já viu mais de dez casas serem construídas. Relata que chegou a contar 30 caminhões de material de construção atravessando a serra para o Guarau durante a semana, um deles tão carregado que a carga soltou e quase provocou um acidente. Ressalta a fragilidade da estrada, que pode desmoronar como já aconteceu em anos anteriores e o risco que isso está provocando. Gostaria de saber sobre a lei que foi colocada com a Dra. Vânia. A presidenta do CONDEMA fala que há apenas uma viatura da Polícia Ambiental atendendo de Bertioga a Pedro de Toledo. Explica que o PPA previa 80 mil para a formação de conselheiros e nenhuma dotação para fiscalização e a criação da Secretaria finalmente permitiu que haja um funcionário competente designado para a fiscalização e a criação de um talonário de multas. Há uma breve discussão sobre a necessidade de se alterar a lei mas também que isso se faça no momento adequado. Nesse ponto o sr Rodrigo W. pede para se manifestar mas não entende se fala como conselheiro ou visitante, ao que a presidenta diz que quem decide isso é ele, pois a sua entidade acabou de pedir para se retirar. Ele quer saber sobre diligência feita na invasão do Cajueiro e a presidenta explica que isso é caso de polícia e que ela já havia dito nas duas últimas reuniões que não daria informações sobre isso por questões de segurança. O visitante conselheiro Rodrigo W. disserta sobre ao desmatamento da área do Cajueiro, dialogando com o biólogo Bruno, a presidenta disse que a informação é valiosa mas o encaminhamento deve ser feito da maneira adequada; e que o que ele está trazendo são questões referentes à Secretaria do Meio Ambiente e não ao CONDEMA, agradece a participação de todos e todas e encerra a reunião às 16:16 horas.

Peruíbe 13 de Julho de 2018.

Assinatura no original

Rosângela Barbosa
Presidenta do CONDEMA

Maridel Vicene Polachini Lopes
Secretária Executiva